

RAÍZES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS DA FORMAÇÃO E DILAPIDAÇÃO DO TERRITÓRIO BOLIVIANO¹

Alexandre M A DINIZ²

Máira CAMPOLINA³

Resumo

O presente trabalho apresenta um resgate do processo de formação do território boliviano, desde o período colonial, enfatizando as influências de sua posição geográfica, atributos físicos, e processos de colonização e desenvolvimento econômico e político. Os resultados revelam que apesar das possibilidades conferidas pelo rico arranjo de posição geográfica e elementos físicos, os bolivianos tiveram grandes dificuldades para construir e manter a sua coesão territorial. Dentre esses impedimentos destacam-se as dificuldades de comunicação, a concentração populacional e econômica na região do Altiplano, a complexidade da composição etno-lingüística da população, o pequeno contingente militar e o mau aparelhamento das forças armadas.

Palavras-chave: geopolítica; geo-história; Bolívia.

Abstract

Historic-geographical roots of the formation and dilapidation of the bolivian territory

This work rescues the process of territorial formation of Bolivia since colonial times emphasizing the influences posed by its geographical position, physical attributes, colonization, political and economic development processes. Results reveal that despite the possibilities granted by the rich arrangement of geographical location and physical elements, Bolivians have had tremendous difficulties to build and keep their territorial cohesion. Among the major obstacles are communication difficulties, demographic and economic concentration in the Altiplano, the ethno-linguistic composition of the population, the small military contingent and the lack of resources of the armed forces.

Key words: geopolitics; geo-history; Bolivia.

¹ Os autores são gratos ao Prof. Dr. José Flávio Morais Castro por suas sugestões cartográficas.

² Prof. Adjunto III – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUCMinas dinizalexandre@terra.com.br

³ Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial – PUCMinas mairacampolina@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Localizada na porção centro-ocidental da América do Sul, portanto em contato direto com cinco países - Brasil, Paraguai, Argentina, Chile e Peru - a Bolívia notabiliza-se por seu legado histórico e por suas vastas riquezas. Dentro de seu limite administrativo, o país conta com contatos morfoestruturais que lhe conferem grande diversidade geomorfológica, climática e vegetacional. Neste sentido, destacam-se as planícies orientais, a zona andina e a zona sub-andina, que, por sua vez, apresentam geografias econômicas distintas e grande especialização regional. A Bolívia também chama a atenção por ser dotada de certas feições físicas que lhe projetam monumentais perspectivas geopolíticas no plano sul-americano.

A Bolívia ainda apresenta outra intrigante peculiaridade: o fato de ter perdido, nas décadas subseqüentes à sua independência, gigantescas extensões territoriais para os seus vizinhos. Para se ter uma idéia, em 1825, ano da independência boliviana, o país contava com mais de 2.3 milhões de km², contra menos de 1.1 milhões de km² nos dias atuais.

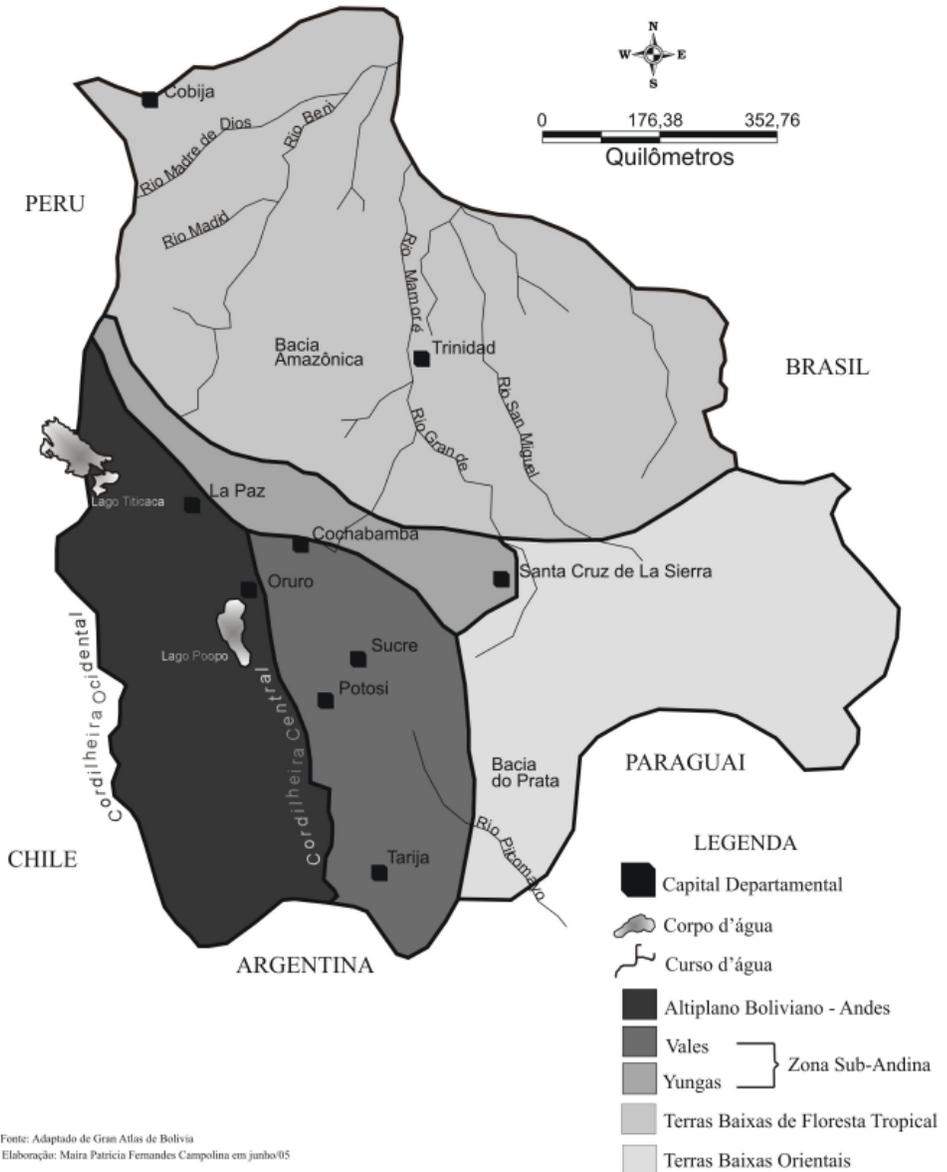
O presente trabalho busca compreender os motivos subjacentes a essas perdas territoriais do passado, buscando respostas em sua posição geográfica, constituição física, processo de formação social, econômico, político e territorial. Tal empreitada se justifica na medida em que o processo de formação da sociedade boliviana, que culminou nas recentes convulsões sociais que assolam o país, combinados às crescentes assimetrias entre as áreas de domínio econômico (Oriente) e político (Altiplano) têm suscitado manifestações separatistas, que poderão, num futuro não muito distante, redundar em uma nova reconfiguração espacial e, conseqüentemente, novas perdas territoriais. Portanto, é mister conhecer a formação geohistórica do território boliviano, para que, a partir deste resgate, se possa compreender os condicionantes da conjuntura atual, encontrando subsídios para a projeção do futuro da nação boliviana.

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TERRITÓRIO BOLIVIANO

Os contatos morfoestruturais representam um traço marcante da geografia boliviana, adjudicando-lhe grande diversidade geomorfológica, climática, vegetacional, que, por sua vez, encontram-se correlacionadas à presente organização econômica regional. Neste sentido, destacam-se na morfologia boliviana três regiões principais: as planícies orientais, a zona andina e a zona sub-andina (Figura 1).

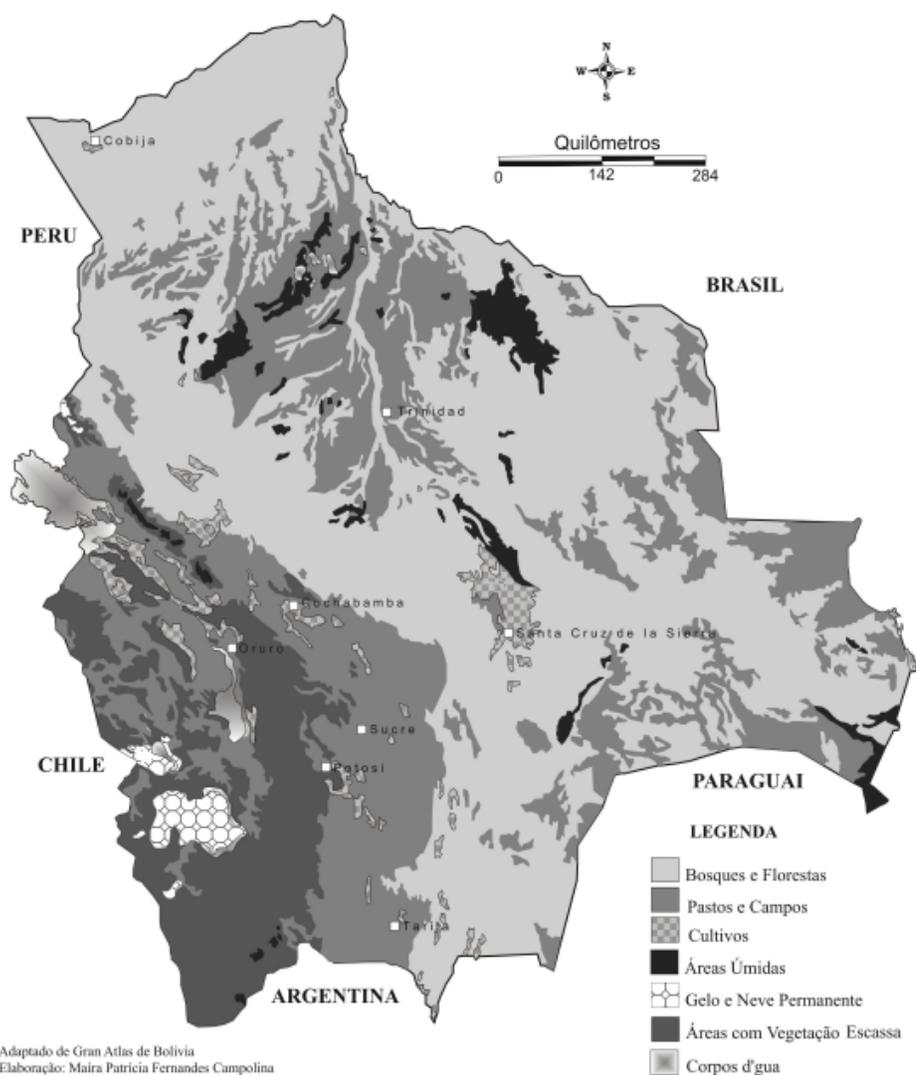
Figura 1

BOLÍVIA MORFOLÓGICA



Fonte: Adaptado de Gran Atlas de Bolivia
Elaboração: Maíra Patrícia Fernandes Campolina em junho/05

Figura 2
COBERTURA VEGETAL BOLÍVIA



Adaptado de Gran Atlas de Bolivia
Elaboração: Maira Patricia Fernandes Campolina
Data: junho/05

As planícies orientais

As planícies ocupam a porção leste do território boliviano, inclinando-se gradualmente desde elevações de 500 metros sobre o nível do mar, partindo do interior do território, até a altitude de 200 metros nas proximidades das fronteiras com o Brasil, Paraguai e Argentina (Figura 1). Essa planície compreende a região de Chiquitos e grande parte do departamento de Santa Cruz. A geologia local também favorece a ocorrência de grandes reservas de petróleo e gás natural no Chaco boliviano (CÉSPEDES, 1962).

A planície oriental está inserida na Bacia Amazônica, englobando extensas selvas, um clima quente e úmido com características tropicais e compondo rica rede hidrográfica (Figuras 2 e 3). A continentalidade da Bolívia a torna dependente das hidrovias para o seu comércio externo. Contudo, a porção oriental conta com outro importante atributo geopolítico, que minimiza esta situação: os rios que drenam esta porção do território fazem parte das bacias Amazônica e do Prata, as duas mais importantes bacias hidrográficas da América do Sul. Note-se, portanto, que a localização privilegiada, lega à Bolívia importante papel nas ligações entre as porções nortel-sul do continente, através das bacias do Amazonas e do Prata.

Além da presença de recursos naturais, como reservas de hidrocarbonetos e ampla rede hidrográfica, as condições físicas desta região favorecem ainda o desenvolvimento do agro-negócio. Em virtude da combinação positiva de clima tropical, relevo plano de baixas altitudes e solos profundos desenvolveu-se na região uma das mais dinâmicas economias da Bolívia, capitaneada pela cidade de Santa Cruz de la Sierra, especializada na produção de trigo, arroz, mandioca, algodão, cana-de-açúcar, soja e milho (MOSCOSO, 2003).

Ao sudeste do país estão presentes as planícies áridas e semitropicais do Chaco, que se estendem por cerca de 1.770 quilômetros, de Norte a Sul, desde os divisores de água que limitam o rio Mamoré, até o Paraguai e o Pampa Argentino, compreendendo a bacia platina. No verão, começa a estação das chuvas, marcada por elevados índices de precipitação que fazem com que os rios transbordem, inundando vastas áreas. Desse modo, formam-se lagos temporários de diversos tipos e enormes trechos pantanosos. Desta forma, as condições climáticas do Chaco, onde na maior parte do ano há déficit hídrico, combinadas com as perturbações causadas pelo regime dos rios, são claramente desfavoráveis à utilização agrícola dos solos (SHANAHAN, 1949).

Zona Andina

A Zona Andina apresenta configurações geológicas e geomorfológicas marcadamente distintas daquelas encontradas nas planícies orientais (Figura 1). Essa zona foi submetida a dobramentos relativamente recentes e, por isso, apresenta relevo bastante elevado e uma série de rochas sedimentares de idade geológica mais recente, além de todo sistema ter sido sujeitado à grande atividade vulcânica (SHANAHAN, 1949).

A Cordilheira Oriental ou Real avança primeiramente para o norte e depois toma a direção noroeste, antes de ingressar no Peru, destacando-se nesta trajetória os picos de Illampu e Illimani com, respectivamente, 6.485 e 6.457 metros de altitude, ambos nas cercanias de La Paz. A Cordilheira Oriental se estende, atenuando cada vez mais sua altitude, até as terras baixas da Bacia Amazônica, onde os traços do relevo são marcados pela existência de cordilheiras baixas que seguem o mesmo alinhamento geral, juntamente com numerosos vales fluviais que nascem nos Andes e abrem caminho até os rios madeira e Paraguai (CÉSPEDES, 1962).

A Cordilheira Ocidental determina a fronteira com o Chile, constituindo-se em um dos maiores sistemas de origem vulcânica formados por granito e outras rochas cristalinas, sendo seus flancos extensamente cobertos por depósitos Cretáceos e Terciários (SHANAHAN, 1949). Nesta formação, destaca-se o pico nevado do Ancohuma, ponto mais elevado do país, com 6.550 metros de altitude (CÉSPEDES, 1962).

Figura 4



Elaboração: Maira Patrícia Fernandes Campolina
Adaptado de *Andes Del Sur*, 1959
Data: junho/05

Essas montanhas formam uma barreira contínua, dificultando sobremaneira a comunicação entre as porções leste e oeste do território boliviano. No entanto, nas cercanias de La Paz formou-se ao longo de milhares de anos, pela dissecação dos rios locais, uma importante e rara fratura transversal⁴: a Garganta de La Paz (Figura 4) (SHANAHAN, 1949). Este acidente geográfico confere à Bolívia grandes perspectivas geopolíticas, possibilitando-lhe intermediar comunicações terrestres entre o Atlântico e Pacífico.

As cordilheiras oriental e ocidental estendem-se de norte a sul, originando, entre si, um extenso altiplano. Neste altiplano, parte da cadeia montanhosa andina apresenta intemperização marcante, decorrente de processos erosivos intensos, seguida de sedimentação, como é o caso da meseta altiplânica (ver Figura 4).

O Altiplano, região na qual se encontra a cidade de La Paz, é uma meseta elevada com altitude média de 3.200 metros, caracterizada por uma bacia fechada devido à escassa rede de drenagem que corre por ali em direção às terras baixas (CÉSPEDES, 1962). Em uma depressão na parte setentrional da bacia do Altiplano, destaca-se o lago Titicaca, uma das massas de água doce navegáveis mais extensas do mundo.

⁴ Por outro lado, na Patagônia, a cadeia montanhosa apresenta-se como uma extensa meseta dissecada. Nela encontram-se extensas falhas produzidas, tanto longitudinal, quanto transversalmente, que deram aos agentes atmosféricos a oportunidade de dissecar e cortar a cadeia em inúmeros pontos (SHANAHAN, 1949).

Essa região divide-se em duas sub-regiões agrícolas, sendo a primeira localizada nos arredores do lago Titicaca, submetida à cultura intensa e grande exploração agrícola, onde predominam as culturas de milho, trigo, batata, cevada e quinoa (Vega, 1996). A segunda sub-região agrícola é composta pela parte restante do Altiplano, marcada por vertentes pedregosas e por solos pouco espessos em que o cultivo é realizado, na maioria das vezes, em pequenas propriedades, com mão de obra familiar e baixos níveis tecnológicos (VEGA, 1996).

Entretanto, foram as grandes jazidas minerais desta região, sobretudo as de prata, estanho e cobre que sustentaram a economia boliviana ao longo de toda a era colonial e que, ainda hoje, são atividades de destaque na região. Dentre as cidades que surgiram a partir das riquezas minerais, destacam-se Potosi e Oruro (MOSCOSO, 2003; VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

Zona Sub-Andina

Além das extensas planícies, das cordilheiras e do Altiplano Andino, o território boliviano também é marcado por outra região bastante distinta: a zona sub-andina (Figura 1). Esta zona representa uma área de transição entre as elevadas altitudes da cordilheira andina e as planícies orientais, apresentando características híbridas, sintetizando feições tanto das terras altas dos Andes e do Altiplano, quando daquelas encontradas nas planícies orientais.

A zona sub-andina, região dos *yungas* e dos vales, inicia-se na borda do Altiplano, seguindo em direção às planícies, até atingir uma altitude que varia de 500 a 700 metros, compreendendo parte dos departamentos de La Paz, Potosi, Santa Cruz, Tarija, e, quase que integralmente, os departamentos de Cochabamba e Chuquisaca (CUNILL, 1968) (Figura 1).

Os *yungas* correspondem às encostas das montanhas andinas, encontrando-se ao norte e nordeste de La Paz, e a nordeste de Cochabamba, com altitudes que variam de 500 a 1800 metros. Esta região caracteriza-se pelo relevo íngreme, escavado pela rede de drenagem formada pelos afluentes do Beni, pertencente à Bacia Amazônica. O clima predominante é o semi-tropical, no entanto, em virtude do efeito orográfico existe uma plêiade de micro-climas, variando de acordo com a elevação e a umidade.

Os vales situam-se a uma altitude média de 2.400 metros, com áreas que atingem temperaturas mais amenas, com maior pluviosidade quando comparados àquelas encontradas nos *yungas*. Por apresentarem solos aluviais bem drenados, o desenvolvimento agrícola é facilitado, fato que lega ao vale de Cochabamba a condição de grande centro agrícola da Bolívia (CUNILL, 1968).

Nota-se, portanto, que a combinação de elementos da natureza dotou os *yungas* e os vales da Zona Sub-Andina de grande potencial agrícola, favorecendo a produção de culturas tropicais e sub-tropicais, com destaque para a produção de trigo, cevada, batata, e milho nos vales mais altos e amendoim, cacau, coca, cana-de-açúcar e café nos vales da faixa Sub-Andina (MOSCOSO, 2003).

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA BOLÍVIA

O período pré-hispânico (1.200 a.C – 1.500 d.C)

Estima-se que o processo de ocupação humana dos Andes tenha se iniciado durante as últimas glaciações. Motivados pelas rigorosas condições climáticas da época, povos nômades instalaram-se no planalto andino, desenvolvendo uma cultura insipiente relacionada à arquitetura rupestre, caça e pesca às margens lago Titicaca. Mas foram os Incas, a partir do século XII d.C, que desenvolveram a mais sofisticada e organizada civilização pré-colombiana. O Império estendia-se ao longo da Cordilheira dos Andes, da Colômbia ao Chile, compreendendo também o Equador, o Peru, as terras altas ocidentais da Bolívia, o norte da Argentina e parte do Chile (PEREGALLI, 1987; MORALES, 1992).

O Período Colonial e a Audiência de Charcas (1.500– 1.825)

Em 1531, Francisco Pizarro atingiu a costa do Peru e em virtude de seu poder de fogo e das fragilidades estruturais do império Inca, o conquistador os derrotou em 1532 (LADMAN, 1982; CÉSPEDES, 1962). Nos anos que seguiram, de 1538 a 1545, os espanhóis colonizaram o território sul da costa do Peru, denominado Charcas, circunscrito por limites bastante imprecisos, mas que incorporavam, seguramente, as terras altas do atual território boliviano (CUNHA, 1975). Charcas, posteriormente, passou a ser reconhecido como Alto Peru, por abranger áreas de elevadas altitudes e por ter se integrado, posteriormente, ao Vice-Reino do Peru.

Data deste período a fundação da primeira cidade boliviana, La Plata (atual Sucre), erigida em 1538. A criação da primeira cidade denota a vocação mineira desta porção do território, que teve o seu desenvolvimento capitaneado pelas minas de prata localizadas no entorno de La Plata (Sucre) (CÉSPEDES, 1962).

Em 1559, instalou-se na cidade de La Plata a Real Audiência de Charcas, suprema autoridade administrativa e judicial do Alto Peru, que passou a funcionar como centro administrativo regional, visando garantir maior controle sobre a rica região mineira (CUNHA, 1975, p. 11).

Atraídos pelas grandes reservas minerais, os espanhóis exploraram o território boliviano impondo sua autoridade pela força, fato que despertou ao longo dos anos profundo ressentimento em relação aos excessos da colonização espanhola, suscitando rebeliões e levantes independentistas (MORALES, 1992).

Como consequência dessas insurgências, a coroa espanhola retirou da jurisdição do Vice-Reino do Peru o controle sobre a Audiência de Charcas, em 1776, que passou a compor o recém-criado Vice-Reino do Rio da Prata. Destaque-se que o Vice-Reino da Prata, que compreendia além da atual Bolívia, os territórios da Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo Buenos Aires como capital, havia sido criado com o objetivo de também ampliar o controle sobre esta vasta e rica região do império espanhol, sobretudo no que diz respeito às crescentes insurreições (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

Uma vez sob a jurisdição do Vice-Reino da Prata, o Alto Peru sofreu uma reconfiguração territorial em 1783, passando a contar com quatro províncias ou intendências: Potosí, La Paz, Charcas (ou Chuquisaca) e Cochabamba (MORALES, 1992). Mas a mais importante transformação pela qual passou o espaço colonial espanhol se deu com as novas minas de prata das serras de Potosí, cuja exploração redirecionou o ponto focal da sociedade Alto-Peruana em direção à Potosí, cidade que passou a

comandar a economia e a rede urbana no século XVI (MORALES, 1992; CÉSPEDES, 1962).

A independência e a consolidação da República (1808–1825)

A exploração e o trabalho compulsório nas colônias espanholas, aliada à recente independência norte-americana e aos ideais da Revolução Francesa renovaram os sentimentos emancipacionistas em diversas partes do império espanhol. Este candente processo culminou na independência do Vice-Reino da Prata e em uma nova reconfiguração do espaço colonial espanhol.

As forças monárquicas, ao reconhecerem a sua derrota, bateram em retirada das porções meridionais do antigo Vice-Reino da Prata, concentrando-se no seu quadrante setentrional. Desta forma, os exércitos espanhóis, preservaram sob a tutela da coroa, o Alto Peru, que foi reanexado ao Vice-Reino do Peru (VEGA, 1996).

Contudo, os movimentos de libertação mantiveram-se acessos no Alto Peru, até que em 1825, sob a liderança de Simon Bolívar e Sucre, o Alto Peru proclama a sua independência do jugo espanhol (Vega, 1996). Em homenagem ao seu libertador, o Alto Peru, independente, passa a se chamar Bolívia, tendo como primeiro presidente Simon Bolívar, seguido por Sucre. Este último, durante o seu governo (1826-1828) criou, com base nas antigas províncias, os departamentos de Chuquisaca, La Paz, Potosí, Cochabamba, Santa Cruz e Oruro (Figura 5) (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

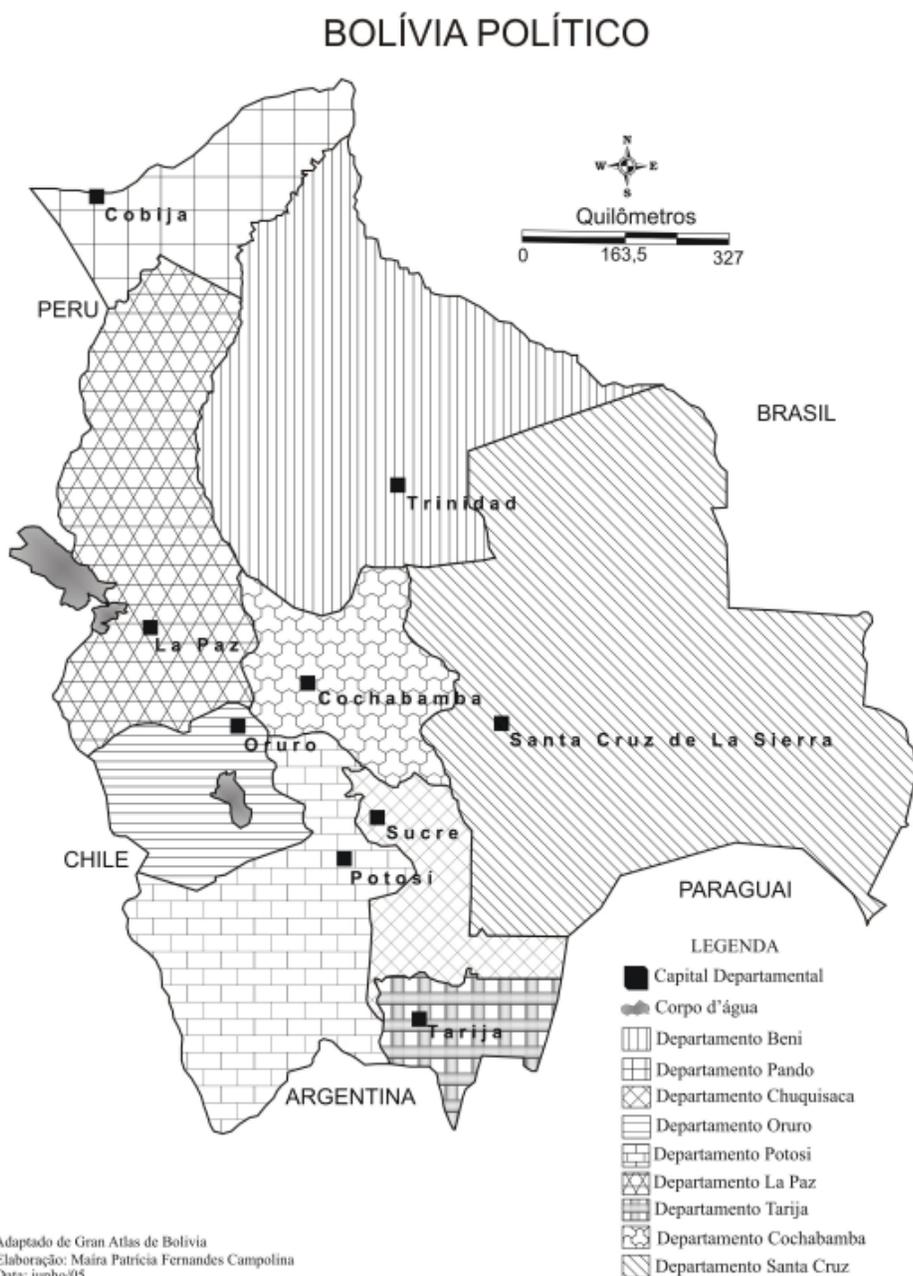
A era dos Governos Ditatoriais Militares (1825-1879)

Este período foi marcado por sucessivas administrações militares, que trouxeram importantes repercussões para a organização político-territorial da Bolívia. Dentre essas administrações, destaca-se a do Marechal Santa Cruz (1829-1835), que assumiu o governo, criando a primeira constituição do país, inspirada nos códigos napoleônicos. Outra importante contribuição de Santa Cruz foi a regularização fundiária e a organização das forças revolucionárias da independência num exército sólido, ampliando ainda mais o seu contingente militar (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983). No plano territorial, o departamento de Tarija foi anexado em 1831, a partir de esforços voluntariosos de seus habitantes que preferiram a incorporação de seu território à Bolívia, em detrimento de sua vinculação histórica com a Argentina (Figura 5).

Porém, a queda de Santa Cruz deflagrou um período de grande tumulto político, durante o qual oficiais militares ineptos e corruptos sucederam-se no poder, competindo entre si pelo controle do país (MORALES, 1992). Mas, dentre todas as administrações militares, a mais deletéria aos interesses bolivianos foi, seguramente, a do General Daza (1876-1879) que deflagrou a Guerra do Pacífico.

Os direitos bolivianos sobre o litoral pacífico foram herdados do período pré-hispânico, devido à presença do Império Tihuanaco no litoral e à posterior expansão Incaica. O Vice-Reinado do Peru estabeleceu hegemonia sobre essa região, que, posteriormente, foi herdada pela Bolívia independente (VEGA, 1996). O estopim da guerra foi o aumento de impostos decretado por Daza sobre o sal extraído por empresários chilenos na região do Salitre (MORALES, 1992). Ao decretar o imposto, a Bolívia rompeu o acordo com o Chile que congelava, por 20 anos, os impostos sobre a extração de sal por empresas chilenas, deflagrando a Guerra do Pacífico (1879-1883) (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

Figura 5



A guerra foi vencida pelos chilenos, em virtude de uma combinação de fatores: dificuldades de comunicação entre a costa boliviana e o centro político-econômico, localizado no Altiplano; vorazes interesses imperialistas britânicos ligados à extração de sal que beneficiaram o governo chileno; ausência absoluta de navios de guerra bolivianos; ausência de força militar boliviana na região; e devido ao fato da maioria da população local ser de origem chilena, fato que praticamente eliminou qualquer movimento popular de resistência (GALEANO, 1991). Com o fim da Guerra do Pacífico, a Bolívia perdeu, devido ao conflito e ao acordo posterior de concessão perpétua de seu território costeiro ao Chile, 120.000 km² do seu território, seu acesso ao Oceano Pacífico e a ainda inexplorada mina de Chuquicamata, localizada no deserto de Atacama, reconhecida posteriormente como a maior mina de cobre do mundo (Figura 6).

A Era Liberal (1880-1935)

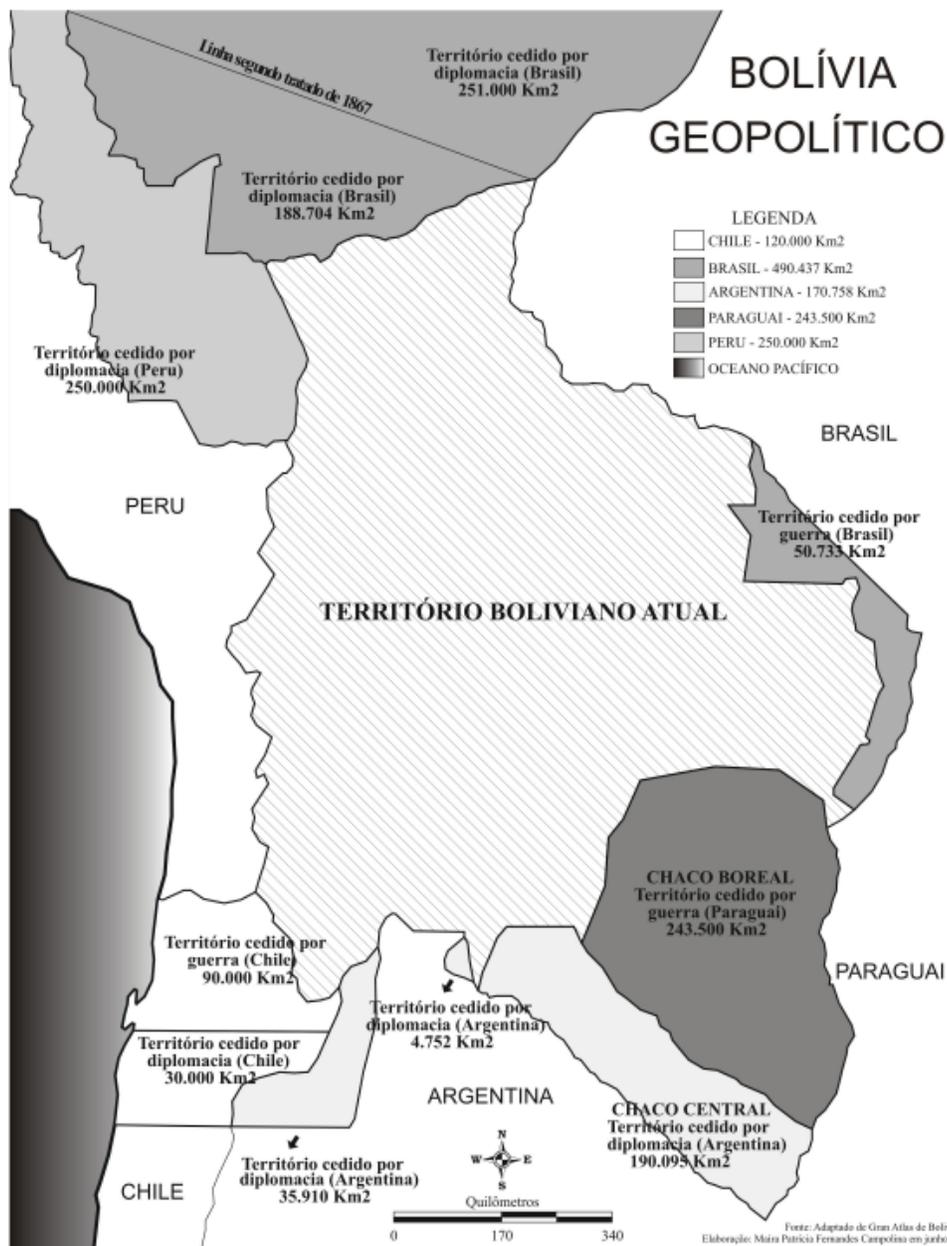
Mas o período de disputas partidárias (1880-1935) que, por fim, ascendeu ao poder os partidários liberais foi ainda mais determinante para a formação do território boliviano. As expressivas perdas territoriais decorrentes da Guerra do Pacífico mobilizaram a sociedade, fazendo com que os interesses políticos se aglutinassem em dois partidos, com visões distintas acerca dos desfechos da guerra. O Partido Conservador, liderado por Mariano Baptista, defendia a posição antiguerra e uma política tradicionalista, sendo apoiado pelas antigas oligarquias mineradoras da prata, concentradas em Sucre e Potosí. Já o Partido Liberal, liderado pelo General Camacho e apoiado pela “nova” elite comercial e industrial, baseada nas cidades do Altiplano Boliviano (La Paz e Oruro), propunha a continuidade da guerra e a rejeição à paz estabelecida com Chile (MORALES, 1992).

No entanto, o Partido Conservador ascendeu ao poder em 1880, permanecendo até 1889. Destacam-se dentre as suas principais ações a manutenção dos interesses da oligarquia mineradora da prata. Entrementes, este favorecimento explícito causou insatisfações que, por sua vez, geraram contundentes movimentos oposicionistas, sobretudo quando um decreto-lei de 1898 manteve Sucre como a capital nacional beneficiando diretamente a elite conservadora do sul. Tal fato deflagrou a Revolução Federal, marcada por violentos embates entre liberais e conservadores, que culminou com ascensão ao poder dos liberais (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

O primeiro governo da Era Liberal (1889-1920) foi presidido pelo General José Manuel Pando, que iniciou um novo ciclo econômico e uma nova reorganização territorial. Durante o seu governo, a capital administrativa e sede do governo foi transferida para La Paz, enquanto Sucre manteve o status de capital constitucional. Também merece destaque o fato de que já nesta época, a prata deixara de ser a base de sustentação da economia boliviana, tendo em vista o esgotamento das minas coloniais e a crescente importância da produção de estanho (MORALES, 1992).

Entre 1890 e 1920 inicia-se um outro relevante ciclo econômico: o da borracha. Com a descoberta do processo de vulcanização da borracha e as crescentes demandas da indústria automobilística internacional, o látex passou a constituir a segunda maior atividade econômica boliviana. Contudo, a extração da borracha coincidia com a expansão e a ocupação populacional de terras ainda inexploradas da região amazônica, fato que desencadeou outro decisivo conflito e novas perdas territoriais à Bolívia, quando milhares de brasileiros foram descobertos explorando os vastos seringais da porção oriental da Bolívia. Em virtude desta invasão, Brasil e Bolívia travaram, entre 1899 e 1903, conflitos territoriais de monta na região banhada pelo rio Acre e ao longo da fronteira mato-grossense (Figura 6) (CÉSPEDES, 1962).

Figura 6



Apesar de opor resistência na frente mato-grossense, os bolivianos capitularam em 1900, abrindo mão de 50.733 km² do seu território ao Brasil. Por outro lado, as reclamações bolivianas pelo território acreano foram abdicadas e este conflito foi resolvido diplomaticamente, através do Tratado de Petrópolis (VEGA, 1996). O acordo, firmado em 1903, determinava que a Bolívia cedesse o território do Acre, com 188.704 km², em troca de uma compensação econômica e da construção de uma ferrovia, por parte do Brasil, ligando os rios Madeira e Mamoré, com vistas a facilitar o escoamento da produção gomífera boliviana (VEGA, 1996).

Ressalte-se que a região que corresponde atualmente ao Estado brasileiro do Acre havia sido objeto de um acordo entre Bolívia e Brasil no ano de 1867. O acordo definia a área como território boliviano, porém em virtude da precária acessibilidade da região não houve efetiva ocupação boliviana. A fronteira estabelecida pelo tratado de 1867 era definida por uma linha reta entre a confluência dos rios Abunã e Madeira e a nascente do rio Javari (VEGA, 1996) (Figura 6).

Nesta mesma época a Bolívia engajou-se em outra importante disputa territorial com o Peru pelo controle da região de Tambopata. O desfecho desta contenda histórica se fez em dois atos. O primeiro se inicia com o arbitramento do Presidente argentino Figueroa Alcorta que deu ganho de causa ao Peru. O segundo foi marcado por fortes reações populares na Bolívia contra a posição de Alcorta, fato que quase levou a Bolívia à guerra contra Peru e Argentina. Ao final, firmou-se um acordo entre as partes em litígio, dividindo-se o território em duas porções, gerando novas perdas territoriais à Bolívia da ordem de 250.000 Km² (Figura 6) (VEGA, 1996).

Ainda no bojo dos tratados diplomáticos e das reparações por perdas territoriais, destaque-se o tratado firmado com a República Argentina, na qual a Bolívia cedia em troca pelo reconhecimento da soberania sobre o território de Tarija, toda a extensão compreendida entre os rios Bermejo e Pilcomayo, além de vastas áreas na região da Puna de Atacama (VEGA, 1996). O saldo deste tratado correspondeu a perdas territoriais da ordem de 170.758 km². Ressalte-se que as negociações para a definição da fronteira com a Argentina iniciaram-se ainda em 1865, porém, após uma série de revisões, o tratado foi ratificado somente em 10 de Março de 1893 (Figura 6) (OFFICE of the Geographer, 1977).

Neste mesmo período o congresso boliviano negociou com autoridades chilenas uma compensação pela concessão perpétua de seu território costeiro ao Chile. Desta forma, em 1904, apesar de forte oposição da maioria liberal, firmou-se um acordo com o Chile, no qual a Bolívia receberia a construção de uma ferrovia ligando o porto de Arica (no Chile) a La Paz, garantindo livre trânsito para as mercadorias bolivianas, além de uma compensação financeira (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

Essas compensações econômicas, provenientes do Brasil e do Chile, financiaram importantes obras infra-estruturais, com destaque para a rede de estradas e ferrovias, que impulsionaram o desenvolvimento boliviano, sobretudo em seu Altiplano. No entanto, a bonança econômica foi efêmera, uma vez que a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a subsequente Grande Depressão devastaram a economia boliviana.

A situação econômica tornou-se ainda mais instável, quando os parques recursos bolivianos foram direcionados a mais um conflito, que culminou em expressivas perdas territoriais: a Guerra do Chaco (1932-1935) (MORALES, 1992).

Os limites territoriais entre Bolívia e Paraguai permaneceram indefinidos desde era colonial, época em que Bolívia e Paraguai faziam parte do Vice-Reinado do Rio da Prata. Apesar desta zona de contestação territorial coincidir com uma região pantanosa e sem grandes perspectivas econômicas (o Chaco), a guerra foi motivada pela ambição boliviana de obter acesso ao Oceano Atlântico. Tendo perdido a sua saída

para o Pacífico, os bolivianos pretendiam conquistar, pelo uso da força, controle de uma das margens do Rio Paraguai, fato que lhes garantiriam acesso ao Rio da Prata e, conseqüentemente, ao Oceano Atlântico (DORATIOTO, 1994).

Porém, deve-se destacar que esta era ambição antiga, uma vez que desde o fim da Guerra do Pacífico, a Bolívia já se preparava para conquistar o Atlântico, através da instalação de fortins às margens do rio Pilcomayo (afluente do rio Paraguai). Com a eclosão do conflito, em 1932, os paraguaios ganharam apoio argentino, fato que colocou os bolivianos, mais uma vez, em condição de desvantagem. Desta forma, em Julho de 1935, a Bolívia, incapaz de opor resistência às forças da coalizão, assinou o tratado que definia as fronteiras internacionais com o Paraguai, no qual 80% dos territórios disputados ficariam sob controle paraguaio. Com isso, a Bolívia sofreu novas perdas territoriais da ordem de 243.500 km² (Figura 6) (DORATIOTO, 1994).

Alguns autores postulam que forças externas estiveram por traz da empreitada boliviana. Destaquem-se, neste sentido, os interesses da companhia petrolífera Standard Oil, de capital norte-americano, que, em 1920, recebeu concessões para a exploração de petróleo na porção oriental da Bolívia. De acordo com essa visão, uma vez descobertas as reservas de petróleo, dever-se-ia buscar um canal de escoamento para a produção, fato que, supostamente, fez com que a empresa petrolífera pressionasse às autoridades bolivianas a buscar uma saída para o Atlântico (DORATIOTO, 1994).

Esse breve resgate histórico revela que a Era Liberal foi marcada por expressivas perdas territoriais, seja em função de conflitos e ou acordos diplomáticos deletérios aos interesses bolivianos junto a seus vizinhos sul-americanos. No período de 47 anos, a Bolívia perdeu parcela considerável de seu território original, partindo de 2,3 milhões de km² no ano de sua independência (1925), para algo em torno de 1,1 milhões de quilômetros quadrados no presente (Figura 6). Compreender os fatores geopolíticos subjacentes a essas perdas é o objetivo mor deste trabalho (GÓMEZ, 1990).

A Era atual (1936 - presente)

As expressivas perdas territoriais impingidas pela Guerra do Chaco (1932-1935) fizeram com que as gerações jovens que regressavam das trincheiras manifestassem o firme propósito de modificar o cenário político nacional e internacional (GÓMEZ, 1990). Desta forma, o pós-guerra foi marcado por intensos debates e manifestações políticas, capitaneadas, por um grupo de agremiações partidárias.

A primeira dessas agremiações a adentrar as esferas do poder foi MNR, que após uma série de conflitos, golpes, revoltas e deposições estabeleceu-se no governo boliviano com Vítor Paz Estenssoro (1952-1956), que implementou mudanças fundamentais à organização político-econômica boliviana. Dentre os seus atos destacou-se a extensão do direito de voto a todos bolivianos com idade acima de 21 anos e a nacionalização das minas, que passariam a ser administradas pela Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL) (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

Porém, a medida de maior impacto foi a realização de ampla reforma agrária, em 1953. A reforma devolveria a terra aos camponeses, com a finalidade de incorporar os milhões de nativos que, à época, viviam como servos em vastas extensões de terras privadas. Foi desta forma que o governo decretou, em pleno século XX, a abolição do feudalismo na Bolívia. Paralelamente, deu-se início ao processo educativo das grandes massas agrícolas a partir da construção de escolas nas antigas casas das

fazendas e nos sindicatos agrários (MERCADO, 1988). Porém, essas medidas encontraram forte resistência por parte da oligarquia latifundiária (MOSCOSO, 2003).

Outra importante contribuição da era Estenssoro foi a inauguração da primeira rodovia asfaltada entre Cochabamba e Santa Cruz, que além de facilitar o acesso ao oriente, deflagrou o intenso crescimento de Santa Cruz de La Sierra e uma conseqüente diversificação econômica, com a crescente ampliação do agronegócio (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

No início dos anos 1970 as posições ideológicas encontravam-se acirradas: de um lado a esquerda, cada vez mais forte, e de outro a direita, respaldada pelas Forças Armadas, empresários e a crescente classe média urbana que temia uma virada irreversível em direção ao comunismo. Em 19 de agosto de 1971, houve o golpe em que a direita subiu ao poder e o novo governo declarou ilegal todos os partidos de esquerda e toda e qualquer organização sindical (MERCADO, 1988).

O período entre 1978 e 1982 foi o mais instável e caótico de toda história republicana da Bolívia, com nove presidentes se sucedendo em quatro anos e meio, em meio à corrupção sem precedentes. Por outro lado, desde 1982 os diversos governos bolivianos têm investido pesadamente em obras de infra-estrutura viária, com o fito de promover o desenvolvimento econômico do país, minimizando as divergências regionais. Outro fato de suma importância neste período foi o acordo assinado com o Brasil para a construção do gasoduto entre Bolívia e Brasil, encarado por muitos como uma sólida oportunidade econômica (VAZQUEZ; MESA; GISBERT, 1983).

Parte do legado desta conturbada história e da complexa composição étnico-social boliviana tem se consubstanciado sob a forma de focos permanentes de conflito entre populações indígenas e as elites. Entre 2000 e 2005, os camponeses protagonizaram diversas campanhas que incluíram bloqueios de estradas, passeatas e protestos que foram reprimidos violentamente pelas forças armadas.

A cizânia teve início na primeira gestão de Gonzalo Sánchez de Lozada, quando em 1996, foi aprovada a controvertida Lei 1689 dos Hidrocarbonetos, posteriormente complementada pelo Decreto Supremo Nº 24806, de Agosto de 1997, que outorgava às empresas petrolíferas operando no país a plena e absoluta titularidade sobre os recursos hidrocarboníferos (MESA, 2003). Com base nessas leis, 84 contratos foram firmados com 20 empresas multinacionais, incluindo a Petrobrás, garantindo o acesso às reservas de gás natural, estimadas em 54.9 trilhões de pés cúbicos, e de petróleo, avaliadas em 930 milhões de barris, em troca de 16% de impostos e 18% de *royalties* (BOLÍVIA, 2005).

Tal medida gerou revolta e protestos extremados por parte de nacionalistas e oposicionistas, que pressionaram o governo e o congresso a alterar a legislação, suprimindo os contratos, considerados extremamente lesivos aos interesses bolivianos. Ainda assim, em 2002, após disputar a presidência com Evo Morales, Lozada volta ao poder, apresentando um plano para exportar gás natural aos Estados Unidos, através de um porto do Chile, inimigo figadal da Bolívia desde a Guerra do Pacífico. Tal proposta acirrou os ânimos oposicionistas, gerando nova onda de violentos protestos, que culminou em sessenta mortos, na renúncia do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, em Outubro de 2003, e na perda do negócio com os EUA (UMA, 2005).

Diante do impasse e da possível instabilidade no fornecimento de gás, os norte-americanos optaram pelas reservas da Indonésia (TARIJA, 2003; CHILE, 2003). Decepcionados com o malogrado negócio, as autoridades civis do departamento de Tarija, onde se concentram as reservas de gás, mediante um manifesto, chegaram a pedir que a sede do governo boliviano se trasladasse a Santa Cruz e o legislativo a Sucre, para acabar com o centralismo político e a ascendência dos movimentos populares sobre o governo (TARIJA, 2003).

Os protestos de rua prosseguiram na presidência de Carlos Mesa, vice-presidente de Lozada, que numa tentativa de garantir a governabilidade firmou pacto com o Congresso, no qual uma nova lei energética seria discutida. Após meses de acalorados debates, o congresso aprovou a nova Lei dos Hidrocarbonetos, em Maio de 2005, que determinava que as companhias estrangeiras que exploram o petróleo e o gás bolivianos pagassem 18% de *royalties* para o governo e 32% em impostos não dedutíveis, nem compensáveis. A nova lei ainda recuperava para o Estado Boliviano a propriedade dos hidrocarbonetos no ponto de produção e recriava a companhia estatal de petróleo para que pudesse participar, junto às empresas privadas, no processo de produção e comercialização do gás natural e do petróleo (CÂMARA, 2005).

Entretanto, Mesa era reticente em relação à lei, entendendo-a como deletéria aos interesses do país, uma vez que, segundo sua visão, este instrumento afugentaria investimentos estrangeiros, retardando o desenvolvimento da indústria petrolífera boliviana. Durante os debates que antecederam a aprovação da nova lei, Mesa chegou a apresentar sua renúncia, que foi rejeitada pelo Congresso (UMA..., 2005). A lassa e claudicante posição de Mesa frente à recém-aprovada Lei dos Hidrocarbonetos no Congresso, acendeu os já exaltados ânimos e os protestos tornaram-se ainda mais intensos. A situação fugiu ao controle quando, em meio a violentos embates com a polícia, uma multidão de protestantes ameaçou invadir o Palácio Quemado, sede do governo, fazendo com que Mesa o deixasse definitivamente, em Maio de 2005 (MULTIDÃO, 2005).

Após a veemente rejeição por parte dos revoltosos comandados por Evo Morales, em relação aos dois primeiros nomes garantidos pela Constituição para a sucessão de Mesa (os presidentes da Câmara e do Senado), sobe ao poder Eduardo Rodrigues, presidente da Suprema Corte. Rodrigues chega à presidência e, após pacificar o país, convoca eleições gerais para Dezembro de 2005 (NUNOMURA, 2005).

Oito candidatos concorreram à presidência, mas a disputa foi polarizada pelo ex-presidente conservador Jorge Quiroga, que havia governado a Bolívia entre 2001 e 2002, e o cocaleiro, líder do Movimento ao Socialismo (MAS) e representante da etnia Aimará, Evo Morales (LAMEIRINHAS, 2005). Morales que teve participação direta na queda dos ex-presidentes Lozada, em outubro de 2003 e Mesa, em Maio de 2005, adotou uma postura antiimperialista, aproximando-se de Fidel Castro e Hugo Chávez, propondo a descriminalização do cultivo da coca e a nacionalização dos recursos naturais bolivianos (CORTÉS, 2005). Por outro lado, Quiroga acenava com a possibilidade de pedir perdão pela dívida externa boliviana, além de propor a “nacionalização dos lucros” obtidos pelas multinacionais operando no país, defendendo a convocação de uma assembléia constituinte “para a população e não para os dirigentes” (ALIAGA, 2005).

Apesar das pesquisas de intenção de voto garantirem a Morales apenas 34% do eleitorado, o pleito trouxe resultados inesperados e sem precedentes na história boliviana. O Aimará Evo Morales tornou-se o primeiro presidente indígena eleito da Bolívia, sendo aduzido ao poder por 54,1% dos votos. Outro importante feito de Morales foi vencer a eleição ainda em primeiro turno, fato que não ocorria desde os anos 1950, com Victor Paz Estenssoro.

Morales venceu em cinco dos nove departamentos, mas perdeu nos principais pólos econômicos: Santa Cruz e Tarija (MAYORGA, 2005). Mas outra importante dimensão dessa vitória incontestada, foi o resultado expressivo que o MAS obteve no parlamento, conquistando 75 dos 130 deputados e 13 dos 27 senadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, a Bolívia goza de posição geográfica privilegiada e grandes atributos geopolíticos. Encravada na porção centro-ocidental da América do Sul, o país é drenado por rios pertencentes às duas principais bacias hidrográficas do continente: Amazonas e Prata. Esta característica, nada trivial, permite que se atinja, a partir do interior boliviano, as porções setentrional e meridional do continente. Mas além desta ligação intracontinental, no sentido norte-sul, a Bolívia é ainda dotada de uma das raras passagens naturais que permitem a transposição da Cordilheira dos Andes: a Garganta de La Paz. Esta característica física garante a comunicação entre os extremos leste e oeste da América do Sul por via terrestre, conferindo à Bolívia a possibilidade de também intermediar ligações entre o Atlântico e o Pacífico.

Some-se a essa posição privilegiada a presença de uma miríade de recursos naturais, dentre os quais se destacam as imensas minas de prata e cobre, vastas reservas de hidrocarbonetos, abundantes florestas, vales exuberantemente férteis e grande diversidade de biomas, fato que permite o plantio simultâneo de culturas temperadas e tropicais.

Esta rara combinação de atributos fez com que alguns analistas chegassem a apontar a Bolívia como o *heartland* da América do Sul. Segundo esta intrigante interpretação, a potência que se apossasse fisicamente deste território teria a sua disposição ampla variedade de recursos naturais, que além de garantir prosperidade econômica, facilitaria a expansão de sua área de influência, tanto econômica quanto militar, por todo o sub-continente. Mas contrariando esta tese, a história da Bolívia tem sido marcada por recorrentes instabilidades políticas e expressivas perdas territoriais.

Para se compreender o paradoxo da dilapidação das terras bolivianas, deve-se analisar a sua constituição física no plano intra-nacional, ao invés da escala continental como fizemos até agora. Desta forma, virão à tona inúmeras dificuldades impostas pelo meio físico, sugerindo explicações, pelo menos parciais, para as expressivas perdas territoriais sofridas pela Bolívia.

Primeiramente, deve-se destacar que as suas vastas riquezas naturais, ao mesmo tempo em que impulsionaram o desenvolvimento do país, também bafejaram a cobiça dos vizinhos. Assim aconteceu com as reservas de salitre e cobre da antiga costa boliviana, cedida aos chilenos; com os vastos seringais da Amazônia boliviana, conquistados pelos brasileiros; e ainda com as reservas de gás natural e petróleo de sua porção sul-oriental, almeçadas por paraguaios e argentinos.

Ressalte-se ainda que a própria constituição física do país, cortado pelas cordilheiras Oriental e Ocidental, impõe severas dificuldades à comunicação interna, a despeito da presença da Garganta de La Paz. Para isso, basta lembrar que ligações mais perenes entre o Altiplano e o Oriente foram materializadas apenas no fim do século XX. Esta dificuldade de comunicação, combinada à forte concentração demográfica e econômica no Altiplano nas décadas que sucederam à independência boliviana; a população pouco numerosa, marcada por complexa composição étnico-lingüística; o reduzido contingente militar e o mau aparelhamento das forças armadas constituíram formidáveis entraves à construção e à manutenção da unidade territorial boliviana. O saldo desta nefasta combinação correspondeu a sucessivas perdas territoriais, que se deram nas periferias da ocupação demográfico-econômica da Bolívia recém-independente.

Mas o futuro acena com renovadas perspectivas de fragmentação territorial e convulsão social. As recentes campanhas populares pela nacionalização dos hidrocarbonetos, culminaram na deposição de dois presidentes: Sánchez de Lozada e

Carlos Mesa. Some-se a isso os crescentes protestos e reivindicações de cunho separatista por parte dos habitantes de Santa Cruz de la Sierra⁵, que apesar de deterem boa parte do poderio econômico boliviano, convivem com a histórica concentração do poder político no eixo La Paz-Sucre. Tal insatisfação também ecoa na vizinha Tarija, de onde, no bojo das recentes manifestações sociais, surgiram vozes que defendiam a mudança da sede do governo boliviano para Santa Cruz de la Sierra. Além disso, a chegada de Morales à presidência da Bolívia, em 22 de Janeiro de 2006, traz repercussões geopolíticas de monta, tanto no plano externo, quando no plano interno.

No plano externo, a eleição de Morales renova as esperanças de que antigas rusgas políticas possam ser contornadas, sem, contudo, deixar de trazer à tona novos focos de tensão. Sua cerimônia de posse contou com a presença de vários chefes de Estados da América Latina, incluindo os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e do Chile, Ricardo Lagos.

A presença de Lagos reacende as esperanças bolivianas de reatamento de relações diplomáticas com o Chile, rompidas em 1978, depois de infrutíferas negociações sobre as reivindicações bolivianas de acesso ao mar. Lagos anunciou ter chegado a um acordo informal com Morales para uma agenda de re-aproximação entre os dois países (AIMARÁ, 2006).

Outra importante repercussão da vitória de Morales na esfera sul-americana foi a recente oferta do Mercosul para que, a exemplo da Venezuela, a Bolívia entrasse para o bloco como membro pleno. Tal convite teria sido motivado pela necessidade de se neutralizar as pressões e reações por parte da comunidade internacional ao novo presidente boliviano, que, como se verá a seguir, é cocaleiro, e conta com o suspicaz olhar dos Estados Unidos (MORALES, 2006).

Vale também mencionar que em recente visita ao Brasil, Morales deu garantias de que respeitará a propriedade privada das multinacionais que operam no país, uma vez que a Bolívia necessita de investimentos externos. Porém, Morales não deixou dúvidas de que as multinacionais que desejaram permanecer no país, deverão aceitar a sociedade com o Estado boliviano.

Por outro lado, Morales tem, desde o processo pré-eleitoral, manifestado de maneira veemente sua posição antiimperialista e antineoliberal. Tal postura, juntamente com a sua aproximação de Fidel Castro e Hugo Chávez tem causado desconforto entre os norte-americanos, suscitando preocupações em relação à formação de uma aliança anti-EUA na América Latina.

Morales também preocupa os norte-americanos por sua posição em defesa do plantio da coca. Em mais de uma instância, Morales reiterou que continuará lutando para retirar a planta do rol de substâncias proibidas pela ONU. Em uma de suas primeiras declarações após as eleições, Morales criticou as políticas anti-drogas americanas, acusando Washington de usar o combate ao narcotráfico para militarizar a região (MAISONNAVE, 2005).

Trata-se de um claro foco de tensão internacional que inspira cuidados. Um eventual boicote comandado pelos Estados Unidos ao comércio internacional com a Bolívia teria desdobramentos desastrosos, tendo em vista o seu embrionário setor industrial e sua dependência da exportação dos hidrocarbonetos para geração de divisas.

⁵ Mas além das diferenças político-econômicas, as propostas separatistas têm ainda um forte componente etno-racial, uma vez que a população do Altiplano é composta, predominantemente, por indígenas das etnias Quéchua e Amará, enquanto a planície boliviana é composta pelos descendentes dos colonizadores europeus, em sua maioria.

No plano interno, Morales tem moderado o discurso, emitindo sinais conciliatórios a banqueiros, empresários e líderes políticos defensores da autonomia de regiões bolivianas, sobretudo a desenvolvida Santa Cruz, prometendo segurança econômica, respeito à propriedade privada e a concessão de certo grau de autonomia aos departamentos.

Mas a vitória incontestável nas urnas, que deu ao governo Morales legitimidade, popularidade e maioria no parlamento, pode representar, no médio prazo, outro importante foco de tensão. Afinal, o acachapante triunfo coloca sobre os ombros de Morales os anseios de uma população ávida por profundas mudanças sociais. Caso Morales não consiga implementar as transformações almejadas por seus eleitores, pode-se assistir a renovadas ondas de protesto e a reinstalação do caos político na Bolívia. Informações dão conta que outros líderes indígenas, como Felipe Quispe, pretendem respeitar a protocolar trégua de 90 dias, mas avisam que estão prontos a comandar forte oposição ao governo Morales caso as mudanças demandadas não venham em bom tempo (GERCHMANN, 2005).

Temendo o fogo amigo dos movimentos sociais, Morales empossou um ministério formado, majoritariamente, por pessoas de seu círculo de amizades e líderes sociais, alguns representantes de facções políticas radicais. Trata-se de uma manobra de Morales para apaziguar os ânimos de eventuais opositores, mas talvez resida aí outro potencial foco de tensão. A inexperiência da maioria de seus ministros com a administração pública dificilmente redundará em um governo eficiente, capaz de garantir a estabilidade política e empreender as reformas aspiradas pela população. Os próximos meses revelarão quanto tempo durará o requesto dos bolivianos com Morales.

REFERÊNCIAS

- AIMARÁ Evo assume presidência. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 de Janeiro de 2006. Caderno Internacional, p. A8
- ALIAGA, J. Quiroga quer apagar imagem de direitista: mas busca ocupar o vazio deixado pelos velhos caciques conservadores. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de Dezembro de 2005. Caderno Internacional, p. A20.
- BOLÍVIA aprova lei de gás e petróleo: congresso promulga polêmica legislação após o presidente Mesa não apresentar nenhum veto ou observação. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de Maio de 2005. Caderno Internacional, P. A12.
- CÂMARA sobe tributo sobre gás; Mesa vai vetar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de Março de 2005. Caderno Mundo, p. A14.
- CESPEDES, Augusto. **Bolivia**. Washington: 1962.
- CHILE comprará gás natural de Argentina. **La Razon**, Santa Cruz de la Sierra, 27 de Diciembre de 2003. Cuaderno Economía, P A13.
- CORES, R. Morales passou do sindicado à política: ex-pastor de Ihamas, entrou na vida pública como líder cocaleiro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 de Dezembro de 2005. Caderno Internacional, p. A20.
- CUNHA, Euclides da. **Peru versus Bolívia**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- CUNILL, Pedro. **A América Andina**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- DORATIOTO, Francisco. **Espaços Nacionais na América Latina: Da Utopia Boliviana à Fragmentação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

GERCHMANN, L. Líder Indígena dá 90 dias de 'trégua' ao eleito. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de Dezembro de 2005. Caderno Mundo, P. A11.

GÓMEZ, Carolina. **Gran Atlas de Bolívia**. Transcontinental de Ediciones, Colômbia, 1990.

LADMAN, Jerry R. **Modern Day Bolivia: Legacy of the Revolution and Prospects for the Future**. Arizona: Center for Latin American Studies, 1982.

LAMEIRINHAS, R. Bolívia tem disputa com muita cor: nas eleições presidenciais e parlamentares do próximo domingo, a questão étnica é um dos principais componentes. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 de Dezembro de 2005. Caderno Internacional, p. A18.

MAISONNAVE, F. Após Vitória histórica, Morales critica EUA. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 20 de Dezembro de 2005. Caderno Folha Mundo, p. A10.

MAYORGA, F. Chance de reinventar a democracia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de Dezembro de 2005. Caderno Mundo, p. A12.

MERCADO, Z. R. Considerações gerais sobre a história da Bolívia. In: CASANOVA, P.G. (org.). **América Latina: História de Meio Século**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988. Vol. 2, cap. 1, p.15-73.

MESA anunciará que el Gás y el Petróleo son de los bolivianos. **El Deber**, Santa Cruz de La Sierra, 31 de Diciembre de 2003. Cuaderno Economía, P. B5.

MORALES afirma que verá se 'vale a pena' compor o Mercosul. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A11, 14 de Janeiro de 2006.

MORALES, Waltraud Queiser. **Bolívia: Land of Struggle**. San Francisco: Westview Press, 1992.

MOSCOSO, René González. **Nueva Geografía Económica de Bolívia**. Editoria Tupac Katari: Sucre, 2003.

MULTIDÃO força Mesa a deixar palácio: Presidente boliviano acata sugestão de assessores de abandonar sede do governo e se reúne com ministros em sua casa. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 7 de Junho de 2005. Caderno Internacional. P. A14.

NUNOMURA, Eduardo. Bolívia terá eleições até dezembro: votação é prioridade na agenda do novo presidente, Eduardo Rodríguez Veltzé, que tomou posse ontem apostando no consenso. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11 de Junho de 2005. Caderno Internacional, p. A16.

OFFICE OF THE GEOGRAPHER – BUREAU OF INTELLIGENCE AND RESEARCH. **International Boundary Study. Argentina– Bolívia**. N°162. Washington DC – Department of State – United States of America. 1977

PEREGALLI, E. **A América que os europeus encontraram**. São Paulo: Unicamp, 1987.

SHANAHAN, M.A.E.H. **América Del Sur: Geografía Económica y Regional con un Capítulo Histórico**. Barcelona: Ediciones Omega, S.A, 1949.

TARIJA pede trasladar sede de govieno a Santa Cruz. **El Deber**, Santa Cruz de la Sierra, 23 de Diciembre de 2003. Cuaderno Economía, P. A18.

VAZQUEZ M., Humberto; MESA, José de; GISBERT, Teresa. **Manual de história de Bolívia**. 2. ed. La Paz: Gisbert, 1983. 568p.

VEGA, Alipio Valencia. **Geopolítica en Bolivia**. Editora La Paz: Juventud, 1996.

UMA Conquista no Grito. Com ameaça de renúncia, presidente da Bolívia ganha apoio para governar. **Veja**. 16 de Março de 2005.p.90-91

Recebido em dezembro de 2005

Revisado em fevereiro de 2006

Aceito em março de 2006